

OS NOVOS MERCENÁRIOS:

EXÉRCITOS DE ALUGUEL

Major Thomas J. Milton, Exército dos EUA

Os pontos de vista aqui expressos são do autor e de forma alguma refletem a posição política e oficial do Departamento de Defesa do Governo dos EUA.

Introdução

Recentemente, o mundo observou como uma aliança de rebeldes marchou através do Zaire, derrubou o poder o Presidente Mobutu e, subseqüentemente, mudou o nome do país para República Democrática do Congo. À medida que os rebeldes avançavam, especulações e informações esporádicas indicavam que a condição de milhares de refugiados alcançaria uma situação calamitosa. Planejadores militares e diplomáticos avaliaram as conseqüências de enviar uma força de intervenção internacional para providenciar assistência aos refugiados. Durante esse período, circularam notícias de que mercenários estavam trabalhando para o Governo do Zaire. Poucos e desorganizados, os mercenários que trabalhavam para o governo não poderiam ter influenciado o resultado final do confronto. Imagine, porém, um outro cenário, como o apresentado a seguir.

Reagindo às informações sobre o massacre de milhares de refugiados, uma força multinacional, encabeçada pelos EUA, foi desdobrada na região para restabelecer a ordem e facilitar a ação de ajuda humanitária. Esta força descobre que o Exército do Zaire nada mais era do que um bando de facinoras dedicados ao saque e ao roubo. A aliança rebelde apoiada

pela Ruanda e Uganda – que recebiam auxílio dos EUA – é mais disciplinada e capaz de governar as áreas sob o seu controle do que o subjugado Exército do Zaire. À medida que essa força multinacional começa a estabelecer e monitorar um acordo de cessar-fogo, nas áreas dos campos de refugiados, descobre que uma organização profissional contratada para executar atividades militares começou recentemente a adestrar, equipar e executar atividades logísticas no, mal adestrado e mal equipado, Exército do Zaire. Essa corporação tem um contrato legal para realizar essas atividades em favor de um governo legítimo. Além do contrato de adestramento, o governo zairense também teria pago à companhia para que lhe ajudasse a derrotar a aliança rebelde. A companhia em questão contaria com dois batalhões de combate adestrados e equipados, apoiados por helicópteros de ataque, artilharia, força aerotática e uma gama completa de apoio logístico. Qual seria o desfecho dessa situação imaginária?

O cenário descrito acima poderia ter ocorrido durante os últimos meses, durante os quais ocorreu a mudança no governo do Zaire. Várias corporações reúnem as qualificações especiais descritas aqui e são especializadas em operações na África. Não há indicação de que essas corporações tenham participado em combates no Zaire. Aliás, no caso do Zaire, existem indicações que uma dessas firmas teria sido abordada pelo Presidente Mobutu, mas teria-se negado a apoiá-lo devido a considerações políticas dos governos ocidentais. A

liderança dessa firma insiste que apenas faz contratos com governos legítimos, mas não auxilia nos casos de tentativas de derrubada de governos. Porém, como foi demonstrado no Zaire, Afeganistão, Libéria, Balcãs, Serra Leoa e outros lugares, o conceito do que seja considerado um governo legítimo está se tornando cada vez mais difícil de ser definido e mantido. Para os governos em perigo de colapso, esses exércitos privados oferecem uma solução ante uma situação perigosa. Por serem eficientes e capazes de responderem rapidamente, sem se preocuparem com considerações políticas internacionais que impeçam operações internacionais de manutenção da paz, essas firmas provavelmente continuarão a crescer. À medida que o número dessas firmas que prestam segurança e a necessidade de operações de paz continuem a crescer, existe a probabilidade, cada vez maior, de que os cenários descritos anteriormente venham a ocorrer.

Firmas Privadas de Segurança

Vinnell Corporation, Brown and Root, MPRI, Sandline Ltd., Executive Outcomes são algumas das firmas privadas de segurança que podem ser contratadas. À medida que os exércitos das maiores nações são reduzidos, mais aumenta o número de firmas que providenciam assistência militar. Essas firmas respondem a uma necessidade legítima de defesa, ou seja, a de assessorar e adestrar os exércitos regulares. Muitos membros do Exército norte-americano estão familiarizados com as companhias que têm seus principais escritórios nos EUA. Militares americanos têm trabalhado com essas firmas em operações e adestramentos ou em funções de estado-maior em seus comandos. Mas, o que acontece com os outros, os franceses, brasileiros, britânicos e sul-africanos? Algumas firmas consideram-se como corporações de assistência militar, semelhantes a muitas sediadas nos EUA; contudo, elevaram o papel de assistência militar a um nível mais avançado. Tradicionalmente, firmas que trabalham para um governo estrangeiro proporcionam apenas assistência e adestramento e não conduzem operações de combate. Porém, isto está mudando.

Quando uma nação não pode prover, seja qual for o motivo, segurança governamental suficiente para cobrir suas necessidades, firmas contratadas irão preencher esta lacuna. Prova disso é o aumento das companhias de segurança, serviços de segurança pessoal, etc., nos países onde a criminalidade tem aumentado. Em 1994, quando a África do Sul pôs fim à era de apartheid, a sua polícia, cuja missão consistia em manter e fazer cumprir o preceito de separação de raças, não estava suficientemente preparada e organizada para fazer cumprir as leis. Como resultado, o crime vem aumentando na África do Sul e, atualmente, este país tem um dos mais elevados índices de criminalidade do mundo. O número de guardas de segurança particulares na África do Sul tem crescido na mesma proporção. Hoje em dia o número desses guardas excede o de policiais. O mesmo fenômeno

pode ser observado em países como a Rússia e a Colômbia. Em muitos aspectos, essas companhias de segurança particulares podem prover a segurança e a proteção não oferecida pelo governo.

Mudando as Missões dos Exércitos.

Da mesma forma como as companhias de segurança são aceitas como uma medida positiva, ao atuarem com sucesso na redução do crime, as firmas contratadas para atividades militares também serão aceitas, caso obtenham resultados positivos ao auxiliarem os exércitos a cumprirem suas missões, por um reduzido custo. Ao mesmo tempo em que os exércitos do mundo inteiro diminuem de tamanho, crescem, por parte dos povos, as exigências por segurança. Por todo o mundo, os exércitos estão sendo requisitados para que cumpram missões fora do escopo tradicional, qual seja, o de defender a soberania nacional. Hoje em dia as missões dos exércitos incluem ações como a vigilância de fronteiras, a luta contra o narcotráfico e a ajuda humanitária. Missões que tradicionalmente vinham sendo exercidas pela polícia, agora, também, vêm sendo executadas por empresas privadas de segurança e por forças militares. Com a proliferação dessas empresas privadas de segurança e de firmas contratadas para desempenhar atividades militares de assistência aos exércitos, é hora de o Exército dos EUA começar a considerar as conseqüências de operar num ambiente onde a força militar mais eficaz é uma companhia privada e não uma entidade governamental.

Mudanças nos Negócios

Embora não seja um conceito novo, o número de empresas privadas de segurança e o espectro de serviços que oferecem, têm expandido bastante nos últimos anos. Seria incorreto considerar essas novas corporações como uma nova classe de mercenários. Esses “exércitos de aluguel” podem proporcionar uma variedade de serviços: consultoria, adestramento, equipamento, manutenção, logística e, quando necessário, alguns poderão se engajar em operações de combate. Há três grandes diferenças entre essas novas firmas que podem ser contratadas para atividades militares e os mercenários de antigamente. Em primeiro lugar, elas são, antes de tudo, empreendimentos de negócios e não uma forma de se obter rendimentos ou aventura individuais. Em segundo lugar, essas corporações, pelo menos as sediadas nos países ocidentais, não aceitam contratos que se opõem aos interesses nacionais do seu país. Em terceiro lugar, as corporações sediadas nos países ocidentais, mantêm um alto nível de profissionalismo e cumprem, segundo afirmam, as normas de operações internacionalmente aceitas. Sem dúvida, muitos dos indivíduos que trabalham para essas corporações o fazem por uma questão de patriotismo. São militares que já passaram para a reserva e que realizam esse tipo de atividade como uma continuação da sua profissão. O perigo encontra-se na natureza, cada vez mais complexa, de definir quais são os

interesses nacionais de um país. Nas áreas onde o interesse nacional não está claramente definido, essas corporações poderão cair na “área cinza”, onde sua posição não é totalmente a favor, nem diretamente oposta aos interesses nacionais do seu país.

Pode ocorrer, também, um segundo problema quando as potências ocidentais consideram o serviço dessas corporações sob diferentes perspectivas. Se uma delas aceitar uma oferta para prestar assistência a um governo legítimo, que tem um problema complicado e de longo prazo, as várias potências podem reagir de forma oposta umas às outras. Tal fato é muito provável de acontecer na África, onde as nações européias, com frequência, diferem de opinião sobre qual a melhor maneira de reagir a uma crise.

Corporações Privadas Tornando-se Parte das Forças Armadas

Dentro dos EUA, existem muitas dessas corporações que não apenas trabalham em prol dos interesses do governo norte-americano, como também tomam parte nas atividades de planejamento do Departamento de Defesa (*DoD*). A maioria delas conta com militares da reserva experientes dirigindo e/ou trabalhando para as mesmas e, por isso, têm-se tornado parte integral dos planos e das operações do *DoD*. O profissionalismo e a habilidade demonstrada por essas corporações são indiscutíveis.

Vale lembrar, entretanto, que essas corporações só aceitam contratos se valerem a pena economicamente. Elas são contratadas por governos estrangeiros para melhorarem as capacidades militares do país. Embora uma corporação dessas não deva participar em hostilidades diretas, seu assessoramento e assistência são essenciais para as operações de combate. Assim como a distinção entre armas combatentes e não combatentes torna-se um pouco confusa durante as operações, a distinção entre “assessoramento” e “ação” para essas contratadas é igualmente confusa. A realidade é que a maior parte das ações efetuadas por essas corporações passam a ser parte integral do poder militar do governo estrangeiro. Se esses grupos deixassem de trabalhar durante as hostilidades, as forças armadas do governo anfitrião não teriam condições de funcionar nem próximo de sua esperada capacidade. A Guerra do Golfo é um bom exemplo. As Forças Armadas e a Guarda Nacional da Arábia Saudita são muito dependentes de companhias norte-americanas nas suas atividades de adestramento e manutenção. Durante a guerra, essas companhias continuaram a proporcionar apoio logístico e manutenção às forças sauditas. Algumas dessas corporações contratadas acompanharam as unidades sauditas que haviam adestrado, dando-lhes assessoramento tático e, algumas vezes, auxiliando no desenvolvimento de suas ordens de operações. Embora auto-suficientes para os padrões sauditas, essas uni-

dades teriam perdido recursos significativos sem o auxílio dessas corporações contratadas.

A Nova Face da Assistência Militar

A evolução natural desses exércitos de aluguel tem ocorrido na África. Várias firmas prestam, e continuarão a prestar, assistência aos governos para a manutenção da segurança, e quando necessário, participarão nas operações de combate. Os comentários jornalísticos sobre este assunto são diversos: alguns elogiam a capacidade dessas firmas de restabelecer a ordem em países ameaçados por forças rebeldes, como foi o caso de Serra Leoa e Angola, enquanto outros as consideram como grupos de mercenários que eventualmente poderão causar problemas na região. Relatórios negativos, em geral, acusam que essas firmas são pagas por seus serviços com concessões dos governos para a exploração de minério e petróleo. Situação esta que recorda os dias do colonialismo.

Contudo, praticamente todos os meios de comunicação concordam que essas firmas têm sido muito eficientes, pelo menos a curto prazo, em auxiliar os governos a manter a estabilidade. Essas companhias empregam militares profissionais e experientes, na sua maioria provenientes da África. Do ponto de vista dessas corporações, há maior custo-benefício e se salva mais vidas humanas, quando um governo as contrata para dar assistência a um outro governo claudicante, antes de seu colapso, ao invés de fazê-lo para a manutenção da paz, após a situação ter-se amainado depois de um conflito violento.

As companhias que prestam este tipo de serviço procuram avidamente expandir seus negócios. Elas enfatizam que somente assinam contratos patrocinados por um governo ou entidade legítima (por exemplo, a ONU), e que não se opõem aos interesses do governo do seu país. As companhias estrangeiras consideram seus competidores norte-americanos como corporações de assistência militar. Segundo essas companhias estrangeiras, a diferença deles para as corporações norte-americanas é que eles têm os recursos para adestrar, equipar ou desdobrar uma força de combate quando necessário. Em muitos casos, assessores das companhias estrangeiras combateram misturados às unidades que estavam adestrando ou fazendo parte de uma unidade separada, combatendo lado a lado com as forças do governo anfitrião. Quando solicitadas, essas companhias poderiam atender nas crises humanitárias, por exemplo, com uma força de 300 homens, meios de comunicações, apoio logístico, apoio médico ou apoio aéreo aproximado. Sua tarefa seria a de estabilizar a situação e prestar assistência humanitária até a chegada da força de manutenção da paz da ONU.

Os serviços prestados por esses tipos de companhias são uma indústria em expansão. Já foram realizadas operações de pequena escala no Oriente Médio e, atualmente, algumas fir-

mas procuram obter contratos com governos da América do Sul. Outras companhias, com recursos semelhantes, supostamente estariam sendo criadas em Israel, na França e no Brasil. MPRI, Vinnell e outras firmas menores sediadas nos EUA também procuram obter contratos para prestar assistência às forças armadas em todo o mundo, embora tenham menos recursos de combate do que aquelas outras firmas mais robustas.

Novos Recursos para os “Exércitos de Aluguel”

Durante a Guerra Fria, mercenários em operação na África, e em qualquer outro lugar, auxiliavam com sua experiência, liderança e armas de pequeno porte. Ocasionalmente, uma organização mercenária poderia adquirir uma pequena aeronave ou algumas peças de artilharia. Hoje em dia, com a afluência de armas no mercado mundial, uma corporação que participa em adestramentos militares pode adquirir e prover uma gama completa de sistemas militares convencionais e não-convencionais. Com financiamento adequado, as novas firmas mercenárias podem comprar aeronaves de ataque e helicópteros, aviões de transporte, carros de combate, equipamentos de artilharia, dispositivos de visão noturna, meios de comunicações seguros, sistemas de computadores e software diverso. Qualquer coisa que um exército ocidental moderno possui, eles podem adquirir. Esse equipamento pode ser de muito boa qualidade. Há pouco tempo, países como a Rússia e a França, estavam oferecendo imagens via satélite para indivíduos ou companhias capazes de pagar pelo serviço.

Conseqüências para o Exército dos Estados Unidos

Num futuro próximo, parece improvável que o Exército dos EUA entre em conflito com qualquer uma dessas corporações. No entanto, o fato de o Exército estar sendo desdobrado com maior freqüência para operações de manutenção da paz ou de assistência humanitária, em regiões onde essas corporações possam estar trabalhando, aumenta a probabilidade de entrar em contato com elas. Da mesma forma como as forças armadas tiveram de desenvolver um sistema

para trabalhar com ONGs durante operações humanitárias, também deverão considerar os meios para lidar com essas corporações.

No caso de corporações sediadas nos EUA, esse tema é quase rotina. Não se pode ignorar, contudo, que essas corporações, em última análise, poderiam ter interesses divergentes dos das Forças Armadas norte-americanas. Elas são empreendimentos de negócios. Na atual política internacional, os interesses dos EUA e de seus aliados, freqüentemente não estão bem definidos e podem divergir em eventos específicos. Isso é particularmente verdade quando se trata de situações complexas de operações de manutenção da paz ou de assistência humanitária. O que acontece quando uma corporação é contratada por um governo estrangeiro, cujos objetivos diferem dos objetivos dos EUA, mas cujo propósito geral não é contrário à política norte-americana? O que acontecerá se os EUA tiverem que se desdobrar naquela região? Quais serão as conseqüências políticas internacionais se um importante aliado dos EUA apoiar o uso dessas corporações?

O futuro lucrativo dessas corporações parece convergir para áreas do mundo onde os governos estão enfrentando dificuldades com movimentos rebeldes e o crime organizado: Angola, Bósnia, Congo, Serra Leoa, Colômbia, etc. Essas também são as regiões, onde os EUA mais provavelmente se desdobrarão em operações militares de não-guerra. Se empregados, estes exércitos de aluguel provavelmente serão os exércitos preeminentes na região. Se os EUA desdobrarem suas Forças Armadas em uma região, onde um desses exércitos de aluguel está mantendo a estabilidade, o que acontecerá se uma discussão de contrato fizer com que essa corporação retire suas forças? Como as Forças Armadas norte-americanas coordenarão com essas firmas – através de representantes do governo ou diretamente com os representantes dessas corporações? Quais as ramificações legais no trato com essas corporações? O que acontecerá quando houver conflito de interesses entre o exército de aluguel e os objetivos norte-americanos?

A maioria dessas perguntas serão respondidas à medida que se desenvolverem as operações. Por enquanto, é hora de aceitar o fato de que há novos jogadores no campo de atuação e pensar nas mudanças das condições operacionais. **MR**

O Major Thomas J. Milton serve atualmente no Departamento de Assuntos do Oriente Médio e da África, no Gabinete do Subsecretário do Exército para Assuntos Internacionais. Desempenhou várias funções tanto como oficial de Infantaria como de Relações Exteriores. Antes do atual cargo, trabalhou como Oficial de Relações Públicas na África e no Oriente Médio. Possui o título de Mestre em Estudos do Oriente Médio e Relações Internacionais pela Texas University em Austin, Texas, 1993.